

Duas versões de uma viagem

Na chegada, triunfante, de sua volta ao mundo, disse o ministro Dílson Funaro ao presidente da República ter conseguido sua primeira vitória na batalha da dívida externa. Certamente apoiado nessa convicção chegou a afirmar: "Tenho um plano para o Brasil", dando assim a entender que quem manda no País é o titular da Fazenda. Infelizmente, a interpretação que deu à sua *tournée* não corresponde exatamente, ao que parece, à dos credores.

Antes das interpretações, cumpre considerar os fatos. As reservas internacionais do Brasil, as quais somavam 4,5 bilhões de dólares em 31 de dezembro e 3,9 bilhões em 31 de janeiro (segundo dados fornecidos pelo presidente da República), parecem ter caído hoje para 3,3 bilhões, o que demonstra que, apesar do fechamento das importações e da suspensão do pagamento dos juros sobre a dívida, continua a existir uma saída de capitais do País ao ritmo de 600 milhões de dólares por mês...

Ora, afirma o ministro da Fazenda que o Brasil não está encontrando

dificuldades para a rolagem dos créditos a curto prazo. O que é verdade no tocante aos créditos comprometidos até 31 de março, os quais, aliás, não saem por estar bloqueados nas contas do Banco Central. No entanto, o ministro Funaro aparenta esquecer as linhas de crédito voluntárias, submetidas nos últimos dias a severas restrições. Por outro lado, convém salientar que as linhas de crédito estão mudando de destinatários, de preferência para as empresas multinacionais, enquanto as dificuldades crescem para as nacionais.

Pode-se perguntar o que leva o ministro à firme certeza de que o Brasil não encontrará dificuldades para a rolagem dos créditos de curto prazo, quando se limitou a visitar membros de governos dos países de bancos credores, não tendo mantido qualquer contato com as instituições diretamente interessadas. Em todas as suas conversações com as autoridades monetárias das nações visitadas, o ministro Funaro ouviu uma mesma resposta: os bancos estão livres para atuar (dentro da legislação

de cada país), recusando-se porém o governo a exercer pressões sobre eles e, ainda menos, a ajudá-los.

Cabe portanto aos bancos decidir em plena liberdade, a seu risco... Ocorre que alguns bancos já decidiram. Numerosas linhas de crédito voluntárias foram cortadas, entre elas as concedidas por bancos de "países amigos", nos quais o governo controla a instituição financeira. Os japoneses anunciam estar dispostos a cortar as linhas de crédito de curto prazo, caso o Brasil não apresente um programa concreto e mantenha uma "conversa substancial" sobre a dívida externa. Já o Citibank anunciou ter suspendido as linhas de curto prazo, que vinha oferecendo a alguns bancos brasileiros instalados em Nova York.

Tout va très bien, Madame la Marquise, afirma o sr. Funaro, exatamente no momento em que o presidente da Petrobrás informa que a Arábia Saudita, o nosso segundo maior fornecedor de petróleo, não mais aceita cartas de crédito do Banco do Brasil para pagamento do pro-

duto, exigindo aval dos bancos estrangeiros.

O ministro, em todos os países visitados, ouviu o mesmo refrão: "Nada feito enquanto o Brasil não apresentar um programa econômico sensato", tendo muitos de seus interlocutores acrescentado que seria muito mais fácil resolver o problema passando pelo FMI.

Não obstante, bastou voltar ao Brasil para que o ministro anunciasse possuir um projeto, o qual assegura o crescimento econômico, negando, de um lado, a existência da recessão (às vistas) e procurando, por outro, torpedear o Plano elaborado pelo seu colega João Sayad. Quanto ao monitoramento do FMI (aceito de fato no acordo com o Clube de Paris), o ministro e o presidente da República o rejeitam, dando a impressão de que nunca concordarão em recorrer ao organismo internacional.

A mística — ou mistificação? — não consegue substituir a política. Fica aos fatos, nas próximas semanas, a tarefa de confirmar a grande vitória do ministro da Fazenda.